

REFLEXÃO SOBRE PARCERIA ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O EXEMPLO DO CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE ILHÉUS E O CAPOREC¹

José Carlos Sena Evangelista²

Bolsista IFP, mestrando na PUC-SP/EHPS

email: jcarlossena@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem como objetivo avaliar a importância da parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada, verificando as principais aprendizagens da experiência do convênio entre a Prefeitura Municipal de Ilhéus-Bahia e o Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira, no período de 1997-2000. A metodologia utilizada foi pesquisa documental e entrevistas semi-estruturada com educadoras, coordenadoras do CAPOREC e com a secretária da educação municipal. O financiamento da Educação de Jovens e Adultos tem sido um problema muito sério, considerada por alguns estudiosos como uma questão ainda a ser resolvida com políticas públicas. A experiência em epigrafe serviu para denunciar o problema de analfabetismo no município de Ilhéus, sendo considerada pela professora Dinalva Melo Nascimento, secretária da educação municipal no período de 1997 a 2004, como a primeira experiência de educação de jovens e adultos no referido município e que serviu de modelo para a Prefeitura implantar um programa de Educação de jovens Adultos.

Palavras-chaves: parceria; educação de jovens e adultos; financiamento educacional

Abstract: This study aimed to evaluate the importance of partnership between government and civil society organizations, monitoring the main lessons learned from the experience of partnership between City Hall of Ilhéus and CAPOREC in the period 1997-2000. The methodology used was documentary research and semistructured interviews with educators and coordinators of CAPOREC and with the secretary of municipal education. The Funding for the Youth and Adult Education has been a very serious problem, considered by some scholars as a matter yet to be resolved by public policies. The experience epigraph served as to denounce the problem of illiteracy in the district, considered by teacher Dinalva Melo do Nascimento, municipal secretary of education from 1997 to 2004 as the first experience of youth and adults in that municipality and that was a model for the city government implement a program of education of young and adults.

Keywords: partnership, education of youth and adults, educational funding

1. A origem e motivações da experiência

Esse relato de pesquisa tem origem no curso de pós-graduação lato sensu em Educação de Jovens e Adultos, pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Ilhéus – Bahia), no

1 Relato da experiência do Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira - CAPOREC, baseado na pesquisa monográfica de conclusão do curso de pós graduação lato sensu em Educação de Jovens e Adultos na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Ilhéus – Bahia) realizada entre 2003 /2004, sobre a orientação da Profª. Ms. Jeanes Larchert Martins.

2 Bolsista do Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford, mestrando em Educação no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, História, Política, Sociedade – EHPS / PUC-SP.

período de 1º semestre de 2003 à 2º semestre de 2004. O autor desse relato é um dos fundadores e o primeiro coordenador do Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira (CAPOREC), acompanhando o processo de negociação, aprovação e execução do convênio de cooperação entre o Município de Ilhéus e a entidade.

A metodologia utilizada foi pesquisa documental e entrevistas semi-estruturada aplicadas à secretária municipal de educação na gestão 1997/2000 e 2001/2004, a professora Dinalva Melo Nascimento e quatro educadoras do CAPOREC, sendo duas alfabetizadoras e duas coordenadoras envolvidas no convênio de cooperação entre o Município de Ilhéus e a entidade citada. A importância desse estudo consiste em contribuir com a avaliação da parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada, verificando as principais aprendizagens da experiência que possa ser útil para experiências idênticas.

O CAPOREC foi fundado em 03 de maio de 1992, como articulação alfabetizadores da educação popular que atuavam na região Sul da Bahia desde fins da década de 1980, envolvidos em movimentos sociais, sindicais e pastorais, principalmente, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Mas, só vindo se instituir como entidade com personalidade jurídica em 10 de dezembro de 1995. Em conformidade com os Estatutos Gerais da entidade sua finalidade é:

- I - A promoção gratuita de Educação de Jovens e Adultos;
- II - A promoção de Educação Ambiental;
- III – A efetivação de práticas educativas que valorizam a ética, a cultura popular, a equidade de gênero e de etnia, a cidadania, a democracia e os direitos humanos. (CAPOREC, 2003)

Desde a fundação que o CAPOREC afirma que não quer assumir o papel do Estado. Entretanto, por algum tempo, a prática divergia do discurso, a ação da entidade em muitas localidades se dava desde a escolha de alfabetizadores/as até a implantação de turmas de alfabetização, passando pela a formação de educadores/as, matrícula de estudantes e organização das salas. Nos locais onde não havia escolas nem salões paroquiais disponíveis, as salas eram improvisadas em garagens, pátios, armazéns de fazendas, entre outros.

No encontro de avaliação no final de 1992 foi questionado o trabalho voluntário em sala de aula como sendo inviável, apresentando como proposta de solução a assinatura de convênios com os municípios. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)³, que assessorava o CAPOREC realizou o Seminário Alfabetização Popular e as Administrações Municipais, nos dias 16 e 17 de janeiro de 1993, capacitado o grupo para disputar e gerir recursos públicos. Nesse seminário foi elaborado um texto base contendo uma proposta de convênios com as administrações municipais para garantir a profissionalização de alfabetizadores (FASE, 1993).

Os eventos que se seguiram ao seminário: mobilização de entidades locais para definir o teor do convênio; audiência pública com vereadores e secretários/as municipais de educação.

3 A FASE é uma organização não governamental (ONG) que atua em seis estados, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro. Para saber mais visitar a página da ONG na internet: <<http://www.fase.org.br>>

Essas ações propostas foram realizadas em apenas três municípios e só teve êxito em Ilhéus (Bahia) de 1994-1995 e 1997 - 2000.

2. Explicitando os conceitos

O conceito de sociedade civil pode ser definido o setor da sociedade que não se identifica nem como Estado, nem como do mercado, mas como o aspecto político da sociedade que se organiza para cobrar ação do Estado.

A sociedade civil é a parte da sociedade que está fora do aparelho do Estado. Ou, situada entre a sociedade e o Estado, é o aspecto político da sociedade: a forma através da qual a sociedade se estrutura politicamente para influenciar a ação do Estado. (BRESSER-PEREIRA, 1999, 69)

Para Habermas entende a sociedade civil organizada como “*o mundo da vida*”, enquanto o Estado e a economia constituem o “*Sistema*” (JACOBI, 2000).

O Estado representa o poder político, ideológico e de repressão do Estado – Nação. Para os marxistas os aparelhos do Estado são representados pelo Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, a Prisão, considerados como os Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1983, 42).

A palavra parceria, segundo o dicionário Aurélio, significa reunião de pessoas para um fim de interesse comum, sociedade, companhia. O termo parceria tem sido muito utilizado atualmente para representar acordos e convênios entre o público e o privado e ou entre o Estado e as organizações não-governamentais.

Entretanto, a parceria entre Estado e sociedade civil tende a ser conflituosa porque os interesses daqueles que estão no comando do Estado são divergentes dos interesses comum da sociedade civil, daí porque a sociedade civil organizada tende a contrapor o Estado.

No fundo a sociedade civil se contrapõe ao Estado no sentido da organização do poder. É o não- Estado em confronto com o Estado, acrescida as funções de manter e controlar. Este confronto se desenha na determinação do Estado de encampar a sociedade civil, manipulando-a em seu proveito (DEMO, 1991: 59).

Posto que enquanto o Estado tem sempre pelo menos alguma forma de organização, a sociedade civil pode parecer muito desorganizada, esparramada, amorfa, conformista. E é isto precisamente o que o Estado aprecia: a massa de manobra (op. cit., 60). Nisso, reside o pomo da discórdia entre o Estado e as organizações sociais, já que estas últimas desejam que a sociedade civil esteja organizada para reivindicar as ações que o Estado é obrigado a realizar para garantir direitos conquistados.

A relação de parcerias entre o Estado e a sociedade civil acontece ora a convite dos governantes que querem diminuir os custos das políticas sociais, ora pela reivindicação das entidades que desejam acompanhar o processo de execução de políticas públicas em algumas áreas.

A relação de parceria entre o Estado e a sociedade civil organizada se constitui um campo de tensões, e os eventos são marcados ora numa relação de parceria, ora numa relação conflituosa.

Em diversos municípios do Brasil desenvolvem-se hoje ricas experiências de parcerias entre os movimentos populares e governos municipais na construção de políticas e ações de educação de jovens e adultos, como parte de uma política educacional globalmente voltada para a construção de uma educação pública, popular e democrática. Os projetos de parceria entre as prefeituras e movimentos populares de alfabetização expressam o reconhecimento destes governos da importância da cooperação da sociedade civil organizada na tarefa da alfabetização de adultos, apoiando aqueles grupos que já desenvolvem no meio popular. (PONTUAL, 1997: 23)

Segundo Pedro Pontual (1997), os programas de parceria, como o caso do MOVA⁴, criaram novos e complexos desafios e, contribuiu para superação do legado de autoritarismo presente na relação entre o Estado e a sociedade civil.

A prática do MOVA-SP mostra que é possível inverter a lógica historicamente predominante de tutela do Estado na sua relação com a sociedade civil. No entanto, a herança histórica do autoritarismo desta relação deixa marcas profundas na forma de estruturação e de atuação do Estado e, também, no comportamento dos atores da sociedade civil (inclusive dos movimentos populares). Portanto, uma concepção de parceria orientada a partir de um referencial de radicalização da democracia e de construção de uma cidadania ativa só pode ser praticada na perspectiva de um processo de construção, necessariamente carregado de tensões e conflitos na relação entre os atores envolvidos.

Conforme Souza (1999), o paradigma que se apresenta como novo nas discussões política é a redefinição do papel do Estado tanto no tocante a sua concepção, seja quanto a sua forma de atuação frente ao atendimento ou realização dos interesses e demandas sociais, particularmente dos interesses populares. O contexto educacional atual foi marcado por uma significativa Reforma do Estado que interferem na política de financiamento da educação.

No Brasil, a nova racionalidade político-econômica pode ser encontrada na Reforma do Estado, cuja expressão pode ser percebida em atos legais, tais como a Emenda Constitucional nº 19/1998 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal nº 101/2000). Também estão inseridas neste contexto as reformas educacionais, materializadas através de Decretos, de Medidas Provisórias, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Emenda Constitucional nº 14/1996, que criou o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, como poderoso incentivo legal e financeiro para a municipalização do ensino fundamental. Neste âmbito específico, a 'descentralização' pedagógica, administrativa e financeira das respectivas políticas, tem sido uma estratégia, cuja justificativa se insere no discurso governamental relativo à democratização e universalização do atendimento escolar, como uma estratégia de "popularização" do ensino fundamental, abrindo margens para a compreensão de que a "democratização" do sistema educacional pode ser vista como um dos pressupostos teóricos dessas reformas. (SOUZA, 1999: 2)

4 O Movimento de Alfabetização da cidade de São Paulo - MOVA-SP criado na gestão de Luiza Erundina (1989-1992), com Paulo Freire no cargo Secretário Municipal da Educação de São Paulo.

3. A problemática do financiamento da EJA

O financiamento é uma chave que abre a educação, como uma caixa de Pandora, e nos confronta com o mundo em que ela se realiza e com os profissionais e cidadãos, destacando que há um distanciamento da educação popular das discussões sobre o tema, estando duplamente à margem, bem como, discorre os limites entre o público e o privado, discussão necessária no financiamento educacional (STRECK, 2003).

O financiamento revela as verdadeiras intenções do governo. Quando os dirigentes governamentais falam em prioridade para educação, o que eles realmente estão falando? Nesse sentido, é interessante conferir os valores que estão investindo na educação básica, na educação infantil e na educação de jovens e adultos.

Sabemos que as restrições ao gasto público decorrentes do ajuste fiscal atingiram, sim, os recursos aplicados em educação, que foram direcionados prioritariamente ao ensino fundamental de crianças e adolescentes. A educação de jovens e adultos viveu à míngua, por força do veto presidencial à lei que regulamentou o FUNDEF, mas também por não ser beneficiada com os empréstimos concedidos pelos Bancos Mundial e Interamericano para a melhoria do ensino básico. (DI PIERRO, 2003, 18).

A falta de financiamento para a EJA, em parte, se aplica ao veto presidencial a computar as matrículas de jovens e adultos para efeito de cálculos do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF⁵.

Outro problema sério do FUNDEF é que ele provoca um desestímulo de investimentos, por parte dos poderes públicos, na educação infantil, na educação de jovens e adultos e mesmo no ensino médio. Aliás, ante a pressão muito grande por mais vagas neste último nível de ensino, o que muitos estados, como São Paulo, tem feito é burlar a lei, contabilizando como gasto com ensino fundamental a parcela do salário de professores referente às aulas que eles ministram no ensino médio. Porém, talvez o aspecto mais dramático da implantação do FUNDEF seja a sua contribuição para uma municipalização irresponsável do ensino fundamental e os efeitos catastróficos que advirão com a extinção desse fundo, definida pela Constituição Federal para 31 de dezembro de 2006. (PINTO, 2002: 116)

Streck (2002) chega a duas constatações a cerca da temática do financiamento educacional. A primeira refere-se ao emaranhado que é esta área. A segunda constatação é que o financiamento tem a ver, sobretudo, com a possibilidade de tornar a educação uma questão pública.

A primeira constatação é que o financiamento da educação se tornou uma área própria que envolve assuntos tão diferentes e ao mesmo tempo tão entrecruzados como os percentuais orçamentários e sua distribuição; as competências entre as diferentes esferas de governo (municipal, estadual e federal, bem como a relação entre ministérios e secretarias); os vários fundos; a função e o lugar dos diferentes níveis de ensino; a relação de público e privado; o papel das agências internacionais de fomento e a duração da educação básica universal. Numa visão mais integral deveríamos conectar esta rede com outras igualmente complexas, como os recursos para a pesquisa e a pós-graduação (bolsas e apoio a projetos), e financiamento da cultura... (STRECK, 2002).

5 Na época do convênio estava em vigor o FUNDEF. O Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB - entrou em vigor em 2007.

Um fato proeminente neste debate é sobre a redução do valor orçamentário na educação de jovens e adultos. Na questão do financiamento da educação de jovens e adultos, houve uma inversão de papéis entre o estado e a sociedade, o primeiro deixa de ofertar e recorre à sociedade civil para realizar campanhas de alfabetização. Machado (2001) entende esse tipo de ação como se as políticas públicas sendo substituída por solidariedade. Alvarenga (2000) aprofunda essa discussão, analisando as políticas governamentais de alfabetização destinadas aos jovens e adultos, desenvolvidas através de “campanhas” ou “cruzadas” desconexas da realidade tendem a produzir a negação da condição cidadão do adulto analfabeto.

Com o lançamento da campanha “Adote um analfabeto”, em julho de 1999, a tese de inferioridade do analfabeto será vigorada, além de contribuir para o afastamento gradativo dos poderes públicos na promoção das políticas de institucionalização da educação e alfabetização de jovens.

Assim, a “orfandade” dos excluídos do direito à alfabetização é oficialmente declarada, como, também, será declarada pelas políticas neoliberais, a morte de um Estado de Bem -Estar social, de proteção dos direitos sociais que, no Brasil, nunca existiu. O direito à alfabetização de jovens e adultos, que jamais conseguiram ingressar no sistema escolar ou que deles foram excluídos, dependerá das ações filantropia e dos gestos de caridade dos que, usufruem do *status* de cidadãos. (...) Esta situação, irá confirmar a inferioridade do sujeito analfabeto, promovendo a negação de sua cidadania. (ALVARENGA, 2000: 12-13)

A assinatura do contrato de convênio de cooperação entre o Município de Ilhéus e o Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira contribuiu para melhorar o ânimo das pessoas que participavam da entidade em Ilhéus, pois passaram a contar com um salário mensal, superando um longo período de trabalho voluntário. Apesar de ter sido assinado em maio de 1997 o mesmo vigorou até abril do ano seguinte, sendo renovado pelo período de maio de 1998 a abril de 1999. Em setembro de 1997 teve início o projeto Com-Viver para atender crianças e adolescentes em situação de risco, com atividades de artes plásticas, capoeira, teatro, oficina de literatura e alfabetização (GUERRA, 2003).

A contratação das educadoras em julho de 1999 a dezembro de 2000 contribuiu para melhorar a sua auto-estima, porque essas passaram a contar com um salário mínimo todo início de cada mês, portanto podiam fazer planos e compromissos contando com o soldo mensal. Não estavam mais a mercê dos atrasos da liberação das parcelas do convênio.

Pode se perguntar, se o convênio com o Município de Ilhéus foi tão importante para o trabalho de educação de jovens e adultos desenvolvido pelo CAPOREC, porque durou tão pouco tempo? A minha hipótese é que a negociação ficou prejudicada pela falta de aliados na administração municipal e pela burocracia estatal que enfadou a turma.

Para uma das coordenadoras do Coletivo a dificuldade de manter a parceria consistia principalmente na ausência de um mecanismo que facilitassem a cobrança das parcelas. A ida constante à prefeitura levou o grupo à exaustão.

Outra dificuldade foi à inexistência de um mecanismo que fizesse com que a administração cumprisse com seu dever que era o repasse e o CAPOREC não soube lidar

com essa situação. Apesar disso o grupo de educadoras ia sempre a prefeitura fazer a cobrança, em certas ocasiões eram três vezes na semana, vai hoje, volta amanhã, volta depois e então veio o cansaço (SANTOS, 2004).

Outra coisa é apresentada por Marinalva Santos, uma das coordenadoras do CAPOREC é que faltava definição política e experiência da coordenação para a negociação, reafirmando o que havia sido reconhecido em um estudo anterior.

Mesmo reconhecendo nas parcerias e convênios uma forte fonte de recursos, o que revela que a presença do Estado seu apoio institucional aos movimentos sociais e educativos é indispensável para garantir a universalidade do acesso à escola pública democrática e de qualidade, o CAPOREC entende que é preciso esclarecer as atribuições de cada ator social neste processo de gestão. Neste sentido há a necessidade de clarificar questões relacionadas aos espaços, regras de negociação e deliberação entre as partes envolvidas, ou seja, é preciso que, nessas “parceria” as responsabilidades, as atribuições e a relação de autonomia de cada ator social em questão (CARVALHO, 2000: 147).

A falta de profissionais liberados para o trabalho do CAPOREC também impossibilitou que as ações do convênio não efetivassem uma proposta de políticas públicas a partir de uma ação popular movida por entidades comunitárias. Chegou acontecer algumas reuniões entre representantes do CAPOREC e de uma dezena de entidades comunitárias e creches de Ilhéus, mas que não foi à frente porque as outras entidades desistiram de comparecer nas reuniões agendadas pela coordenadora local do CAPOREC.

O financiamento da educação constitui o “guarda-chuva” sob o qual todas as políticas de promoção de qualidade e equidade devem estar abrigadas. Portanto, é indispensável à adoção de uma política integrada de financiamento para o desenvolvimento da educação básica. Nesse sentido, a equalização do financiamento e a garantia de recursos que “correspondam a um padrão de qualidade de ensino definido nacionalmente” é pré-condição para a construção de um sistema educacional que garanta, efetivamente, equidade de oportunidades educacionais (CONSED, 2001)

À guisa de conclusão

A ação alfabetizadora do CAPOREC em Ilhéus e em alguns municípios da região é realizada a partir de um processo de mobilização: as pessoas que atuam como educadoras e lideranças comunitárias visitam as casas de jovens e adultos não-escolarizados para realizar as matrículas e ainda providenciam os espaços para o funcionamento dos núcleos (salas de aula), fazem cota para pagar a energia, fazem a limpeza e até a pintura do espaço. Desta forma, a comunidade colabora na gestão escolar, um exemplo de Ação Cidadã.

Segundo Franco (1995: 24) a Ação Cidadã ou Local, constitui-se numa nova opção de participação ética, política, centrada na solidariedade, envolvendo um pensar globalmente para agir localmente, que exige uma imaginação de futuro voltada para uma atuação no presente.

A Ação local é uma possibilidade e uma condição para materializar outro estado do mundo no âmbito espaço-temporal onde realmente isto pode ser feito: aqui-e-agora,

quer dizer, no presente de uma determinada localidade habitada por uma população de seres humanos concretos que têm carecimentos sociais básicos que geram sofrimentos. Ou seja, entre outras necessidades: que passam fome, que têm doenças endêmicas, que são analfabetos, que não têm casa, terra ou emprego (FRANCO, 1995: 31).

O convênio entre a Prefeitura Municipal de Ilhéus e o Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira pode ser considerado o divisor de águas na história da educação de jovens e adultos no município. Quando o convênio foi assinado em agosto de 1997 eram 335 (trezentos e cinco) jovens adultos nas turmas de alfabetização, em no final do programa em dezembro de 2000 o número de beneficiaram eram 565 (quinhentos e sessenta e cinco) pessoas, sendo a primeira experiência de EJA em Ilhéus.

O CAPOREC representou a primeira experiência da Secretaria em Educação de Jovens e Adultos, além disto, introduziu nas nossas práticas o trabalho de construção coletiva do saber e do planejar as ações com os envolvidos no processo educativo (NASCIMENTO, 2004)

Após o convênio a Secretaria Municipal de Educação implantou o seu programa de EJA, segundo informação da Secretária Municipal de Educação da época.

(...) após esta experiência (Convênio do Município de Ilhéus com o CAPOREC) decidimos criar 08 centros de educação de jovens e adultos (NASCIMENTO, 2004).

Os centros de educação de jovens e adultos citados acima pela secretária alcançaram o número de 3.018 (três mil e dezoito) alunos em 2004.

Atualmente nós temos 1.889 (um mil oitocentos e oitenta e nove) alunos na etapa 1 (1ª à 4ª série) com 71 (setenta e um) docentes e 1129 (um mil, cento e vinte nove) na etapa 2 (5a. à 8a. series) com 55 (cinquenta e cinco) docentes. Os que participaram de programas de alfabetização e continuaram representam 30 % dos alunos que temos hoje na EJA.

Mensalmente investimos aproximadamente R\$ 120.000 (cento e vinte mil reais) entre pagamento de salários, compra de livros, capacitação de docentes e compra de material pedagógico para os alunos. O custo aluno é de aproximadamente quinhentos cinquenta reais (NASCIMENTO, 2004).

Isso reforça a certeza de que o Estado é a única instituição capaz pode ofertar educação para todos, pois somente ele pode financiar a educação pública com equidade e universalidade com políticas públicas. Essa é principal lição a ser aprendida por educadores e militantes dos movimentos sociais da experiência aqui relatada.

Referencia bibliográfica

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, 3ª Ed.

ALVARENGA, Márcia Soares de. **Da cegueira à orfandade: a questão da cidadania nas políticas de alfabetização de jovens e adultos**. Trabalho apresentado na 23ª Reunião anual da ANPED. Caxambu-MG: 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/23/textos/0615t.PDF>>, em 03 de maio de 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade Civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: Luiz Carlos Bresser-Pereira, Jorge Wilhelm e Lourdes Sola (orgs.) *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: UNESP/ENAP, 1999. p. 67-116.

BEISEGEL, Celso de Rui. Considerações sobre a política da União para Educação de Jovens e Adultos Analfabetos. Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPED, Caxambu-MG:1996. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde04/rbde04_04_celso_de_rui_beisiegel.pdf

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Constituição de 1988**. Iracema Almeida Valverde, Carlos Sampaio, Dilene da Paz Gomes e Rosanie Martins da Veiga (orgs.)- 2ed. Atualizada até a EC nº 38, de 12/6/2002 - Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Conferencia Regional Preparatória (Anais...)** - Quinta Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos. -Brasília: MEC/SEF, 1998. 128p.

CARVALHO, Maria Luiza Coelho Santos. **A Ação Alfabetizadora do Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira da Bahia**. Natal: UFRN, 2000.

CAPOREC (Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira). Estatutos Gerais. Aprovado em Assembléia Geral Extraordinária para alteração em 14 de setembro de 2003.

CONSED (Conselho Nacional dos Secretários de Educação). Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Financiamento da Educação .In: **Plano de Trabalho para o biênio 2001/2002**. Baixado da Internet em: <http://www.consed.org.br/sobre_43.asp>

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. - São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991 (coleção polêmicas do nosso tempo; v. 270).

DI PIERRO, Maria Clara. **Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil: os compromissos e a realidade**.- São Paulo: Ação Educativa, 2003.

FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. . Seminário Alfabetização popular e as administrações municipais. - Itabuna - Ba: FASE, 1993.

_____. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. In: **Alfabetização e Cidadania** (Revista da Educação de Jovens Adultos) N. 17, maio de 2004. p. 11-23

_____, GRACIANO, Mariângela. **A educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org/rorealc.pdf>>

GUERRA, Mônica A.Araújo. **A ação educativa do Caporec no Projeto Com Viver**. Ilhéus-Ba: Caporec, 2003

_____. **Parceria entre o Poder Público e Organizações da Sociedade Civil**. Entrevistador José C. S. Evangelista. Ilhéus-Ba: Caporec, 2004. 1 fita K7 pps stereo.

HADDAD, Sérgio. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Série Estado do Conhecimento. MEC/INEP/Comped. Brasília, 2002.

_____. & DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. São Paulo: Ação Educativa, 1996.

_____. **Estado e Educação de Adultos de 1964 - 1985**. Dissertação de Doutorado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991

ILHÉUS. Prefeitura Municipal. **Termos de Convênio de Cooperação entre a Prefeitura Municipal de Ilhéus e o Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira- CAPOREC, visando a alfabetização de jovens e adultos - Ilhéus-Ba: PMI, 1997.**

ILHÉUS. Prefeitura Municipal. **Termo Aditivo ao Convênio Celebrado entre o Município de Ilhéus e o Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira - CAPOREC.** - Ilhéus-Ba: PMI, 1997.

ILHÉUS. Prefeitura Municipal. **Termos de Convênio de Cooperação que entre si celebram o Município de Ilhéus e o Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira. - CAPOREC.**- Ilhéus-Ba: PMI, 1998.

ILHÉUS. Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Educação. **Relatório Movimento Aprendendo a Viver. Crianças e Adolescentes de Ilhéus: sujeitos de direitos.**- Ilhéus-Ba: PMI, 1998.

ILHÉUS. Prefeitura Municipal. **Termo Aditivo ao Convênio Celebrado que entre si celebram o Município de Ilhéus e o Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira - CAPOREC.** - Ilhéus-Ba: PMI, 1999.

JACOBI, Pedro Roberto. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. -Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MACHADO, Maria Margarida. **A trajetória da EJA na década de 90 - políticas públicas sendo substituídas por “solidariedade”, 1998.**

Disponível na Internet via <http://www.educacaoonline.pro.br/a_trajetoria_da_eja.asp>

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania**. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1995 (coleção primeiros passos).

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Parceria entre o Poder Público e Organizações da Sociedade Civil**. Entrevista realizada em 17 de agosto de 2004. Entrevistador José C. S. Evangelista.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da Educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2000). **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro de 2002, p. 108-135

PONTUAL, Pedro de Carvalho. **Movimentos Sociais e a construção de Políticas Públicas nos espaços locais: novos desafios para a educação popular**. São Paulo, 1996. Mimeografado.

SANTOS, Marinalva. **Parceria entre o Poder Público e Organizações da Sociedade Civil**. Entrevistador José C. S. Evangelista. Ilhéus-Ba: Caporec, 2004. 1 fita K7 pps stereo.

SENA, Paulo. **O Financiamento da Educação Básica no Plano Nacional de Educação (Lei Nº 10.172/2001): Relatório Especial**. Consultoria legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília- DF: Câmara dos Deputados, 2003

SILVA, Núbia Batista da: **Parceria entre o Poder Público e Organizações da Sociedade Civil**. Entrevistador José C. S. Evangelista. Ilhéus-Ba: Caporec, 2004. 1 fita K7 pps stereo.

SOUZA, Antonio Lisboa Leitão de. **Estado e Política Educacional: uma análise da relação público-popular**. Trabalho apres. na 25ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2002. Disponível em: <<http://anped.org.br/25/excedentes25/antoniolisboasouzat05.rtf>>

SOUZA, Célia Maria. **Parceria entre o Poder Público e Organizações da Sociedade Civil**. Entrevistador José C. S. Evangelista. Ilhéus-Ba: Caporec, 2004. 1 fita K7 pps stereo.

STRECK, Danilo Romeu. **Cidadania e Financiamento da Educação Ou: onde ancorar o discurso do financiamento**. Trabalho apresentando na Mesa Financiamento da Educação (sessões especiais) da 25ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu - MG: 2002. Disponível na Internet: <<http://anped.org.br/25/sessoesespeciais/danilostreck.doc>>